

# FORMAÇÃO DE FORMADORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

OLIVEIRA, Simone da Silva Toledo<sup>1</sup>

**Resumo** - A inclusão de estudantes com deficiência na escola regular tem sido tema de grandes discussões no âmbito educacional, a iniciar com a preparação de toda comunidade para receber estes estudantes a fim de ajudá-los no processo de aprendizagem. A partir desta compreensão, o manuscrito apresenta reflexões resultantes de análises das formações e práticas dos docentes, no que se refere aos pressupostos inclusivos. O levantamento bibliográfico acerca do tema em questão contribuiu para fundamentar os aspectos observados. Os resultados apontam a importância que o Atendimento Educacional Especializado tem no desenvolvimento educacional dos estudantes com deficiências e que a ausência de conhecimento do professor sobre as deficiências e o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes, é fator determinante para compreendermos a necessidade de uma formação continuada para atuação do professor em sala de aula.

**Palavras-Chave:** Formação de formadores; Políticas Públicas; Educação inclusiva.

## Introdução

A inclusão é um termo que traz muitas discussões, principalmente quando se trata da integração escolar dos estudantes com alguma deficiência. Estes estudantes tem legalmente assegurado o direito de frequentar salas de aulas regulares, e também de receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos espaços escolares, por meio das salas de recursos Multifuncionais (SRM). Esse tipo de atendimento proporciona a eles, práticas pedagógicas adotadas por professores qualificados que proporcione aprendizagens em atenção as suas deficiências.

A inclusão é um fenômeno presente na sociedade e tem sido discutida em diversas esferas, tanto acadêmica, quanto política e social. Em meio a esse debate, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca que:

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação a ideia de

---

<sup>1</sup>Aluna especial do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso - (UNEMAT), campus de Cáceres - Mato Grosso, matriculada na disciplina de Formação de professores: concepções e prática. E-mail: simonetoledo02@hotmail.com

equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 5).

Segundo Bueno (2008, p. 49), a inclusão escolar “refere-se a uma proposição política em ação, de incorporação de estudantes que tradicionalmente têm sido excluídos das escolas”; já a educação inclusiva “refere-se a um objetivo político a ser alcançado.” Notamos que, apesar de a ampliação da discussão sobre o processo inclusivo no Brasil ser recente, já havia experiências pontuais no que diz respeito à educação de pessoas com deficiência no país, desde o século XIX. Contudo, apenas na segunda metade do século XX que constatamos a ampliação nas discussões e políticas com vistas a assegurar o acesso das pessoas com deficiências na escolarização considerada regular.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394/96, no artigo 58, dispõe sobre a Educação Especial como uma modalidade da educação escolar, preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, que englobe estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e assegura um atendimento educacional especializado de acordo com suas deficiências. Embasado nesta lei, na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Decreto nº. 7.611/11, e demais documentos legais relacionados à Educação Especial que a temática foi desenvolvida. (BRASIL, 2011).

Assim, a partir dessas considerações, destacamos o entendimento de que os cursos de licenciaturas devem garantir discussões que permeiem a Educação Inclusiva e a diversidade dos estudantes, sendo necessário que os docentes universitários pensem e atuem para a formação inicial de futuros professores para que estejam preparados para atender estudantes com deficiências em sua futura atuação profissional.

O acesso à educação básica e também ao ensino superior vem sendo ampliado, com isso cada vez mais uma diversidade maior de estudantes adentram o processo de escolarização. Diante desta realidade, é essencial reforçar a dimensão pedagógica da docência universitária, tanto para atender os estudantes nesses níveis de ensino, quanto, no caso dos cursos de licenciaturas, proporcionar condições aos egressos de pensar e desenvolver, junto aos estudantes, práticas docentes relacionadas as realidades que encontrarão em seu futuro campo de atuação. Dessa forma, torna-se fundamental focarmos nas significações que os docentes universitários atribuem à educação inclusiva frente às deficiências que os formandos poderão

encontrar. Neste sentido, provocar reflexões se sua formação considerou dimensões teóricas para a oferta da educação inclusiva.

### **Educação: um direito de todo ser humano**

Mudanças ocorreram desde a promulgação da Constituição Federal em 1998, onde ficou estabelecido que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família” (art. 205). Desta feita, a lei maior assegurou como um dos seus princípios, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (art. 206). Desse modo, Romagnolli (2008) cita que a Declaração de Salamanca, assegura que “as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.” Porém, estes estudantes com deficiência podem encontrar dificuldades durante o seu processo educativo, tanto em relação à formação adequada do professor, quanto ao fato de não existirem materiais adequados na escola em que estejam inseridos.

Dentre as modalidades da Educação Básica no Brasil está a Educação Especial que tem por objetivo servir de apoio, complemento ou suplemento para que o estudante percorra todas as etapas e os níveis de Educação Básica, já a Educação Inclusiva é um processo que amplia a participação de todos os estudantes nas instituições do ensino regular e tem por objetivo perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os estudantes em salas de aulas comuns, promovendo a aprendizagem, desenvolvimento e a inclusão social desses.

### **Educação inclusiva: marcos legais e históricos**

Para Gardner (1999), “A educação precisa justificar-se realçando o entendimento humano de que todos os indivíduos têm potencial para ser criativos, mas só serão se quiserem.” Sendo assim, toda pessoa é capaz de desenvolver suas inteligências de acordo com suas particularidades, até mesmo aquelas com deficiência, visto que cada uma possui um potencial.

Educação especial nos dias atuais não é matéria apenas tempestiva, mas extremamente necessária à resolução de processos inclusivos no âmbito escolar/social, sendo ela, possivelmente, o caminho para progredirmos enquanto civilização. Para termos um mínimo de compreensão acerca do processo de inclusão, observamos as palavras de Edler Carvalho (2004, p. 6) ao destacar que:

Adotamos como um dos referenciais a concepção segundo a qual a inclusão educacional é mais que a presença física, é muito mais que acessibilidade arquitetônica, é muito mais que matricular estudantes com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento da educação especial, pois se impõe como movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, estudantes e familiares.

A inclusão é um processo complexo, não resumindo-se apenas na presença da pessoa com deficiência nos espaços escolares/social, mas da participação ativa e funcional destas pessoas nestes espaços. Quando se acredita que a inclusão se limita à presença das pessoas com deficiências nestes espaços, o processo está fadado ao fracasso.

As lutas para a inclusão do deficiente no Brasil não são de hoje, mesmo que as leis e normativas até aqui empreendidas possam mostrar-se mais ou menos eficazes, possíveis e passivas de vários questionamentos, elas são marcadas historicamente por enfrentamentos e discussões até aqui tensionados na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Em conformidade com a constituição em seu Art. 5º "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade." (CF - Brasil, 1988).

As ações, adotadas pelos diversos governos ao longo da construção histórica das políticas de inclusão, têm reflexos mais visíveis e robustos a partir da Declaração Mundial da Educação, que aconteceu em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Nesta ocasião, o Estado brasileiro concordou, como signatário, com os termos deste documento fazendo a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo. Também ao mostrar consonância com os postulados estabelecidos em Salamanca (Espanha, 1994), na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade.

Diante destes acordos firmados, no ano de 1996, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) – Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconizou que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...]”

oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). E em seu artigo mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.”

Para normatizar esse Atendimento Educacional Especializado (AEE), foi criado um documento pelo Grupo de Trabalho, nomeado pela Portaria nº. 555/07 (prorrogada pela Portaria nº. 948/07), do Ministério da Educação cujo objetivo é assegurar a inclusão escolar desses estudantes, com vistas à orientação do sistema de ensino a fim de garantir:

Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, MEC/SEESP, 2008, p.14).

Dessa maneira, fica explícita que a Educação Inclusiva não substitui o ensino regular. Ela complementa, e deveria propiciar aos estudantes o apoio necessário às suas necessidades através do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Sendo assim, a qualificação dos professores é de suma importância para um atendimento adequado a esses estudantes, bem como a inclusão nas classes comuns, acessibilidade nos prédios escolares e mobiliários adequados que garantam um ensino de qualidade.

### **Integrações escolares: a ideia da inclusão**

Ao longo da história a pessoa com deficiência física ou cognitiva, enfrentou e ainda enfrenta muitos desafios, principalmente quando nos referimos aos direitos a serem cumpridos. No campo educacional não é diferente, tem-se uma ideia de inclusão ilusória nas escolas. As crianças com deficiência passaram a frequentar a escola após regulamentação legal que conferiu este direito a elas. Assim, a criança com deficiência pode ser inserida no sistema de educação

regular. Todavia, para que a inclusão de fato ocorra, faz-se necessário a adequação de métodos de aprendizagem específicos, com vistas a proporcionar uma educação igualitária para todos os estudantes. Mesmo porque, inserir o estudante deficiente em salas de aulas regulares, sem que haja transformações e adequações não caracteriza inclusão.

Quando um estudante com deficiência passa a frequentar as aulas, o primeiro pensamento do professor é em relação de como será o processo de aprendizagem se ele não possui formação, nem especialização na área. Para que a inclusão se consolide nos espaços escolares, um dos aspectos a ser observado é as condições de trabalho do professor, nas quais incluir capacitações e ou qualificações adequadas.

Pensar na educação inclusiva é pensar que antes da deficiência que um estudante possui, ele é um ser humano como qualquer outro, e que assim como qualquer outro, se faz necessário trabalhar sua autonomia e capacidades. No entanto, a escola precisa ser mais democrática e flexível, com pressupostos fundamentais à escola inclusiva e com adaptações necessárias para esses estudantes. Os educadores precisam de atualização profissional para adotarem estratégias adequadas para receber estes estudantes. Assim, seria possível construir uma escola inclusiva com boas referências didáticas. Alves (2006, [s.p]), ressalta que a luta em se ter uma escola inclusiva de verdade é grande e de nada adianta colocar a criança especial dentro de uma classe comum, se a deixarem segregada, exclusiva, vegetando em sala de aula.

Alves (2006) destaca ainda que, a pessoa com deficiência tem que se sentir valorizada, importante, inteligente, capaz como aos demais estudantes. Cada um possui limites, até os “ditos normais”, o que o professor não pode é enfatizar a limitação das pessoas e sim lhes mostrar que são capazes de evoluir sempre, que cada conquista é estímulo para buscar cada vez mais.

Para que haja a inclusão é necessária a colaboração de todos, e que todos os profissionais envolvidos nesta tarefa se preocupem com a participação das pessoas deficientes nas atividades, sem diferenciação das demais. Como afirma Alves (2006, [s.p]):

[...] não adianta aceitar o estudante especial na escola, e deixá-lo dentro da sala de aula sem participar das práticas pedagógicas. O estudante tem que ser incluído não somente na escola, mas sim em todas as suas disciplinas, podendo se sentir valorizado, para ir em busca de seu aprendizado e desenvolvimento.

Como se pode observar, a inclusão demanda envolvimento, tanto do estudante com deficiência, quanto das pessoas do meio em que ela está inserida. No meio educacional,

significa que a escola necessita de adaptar-se e adequar-se a necessidade do estudante para que ocorra essa inclusão. No entanto, observações indicam que muitas instituições de ensino somente recebem os estudantes com deficiência para cumprir as determinações legais. Muitas vezes a própria escola não acredita nessa proposta de incluir o estudante com deficiência.

Contudo, em meio a tantas dificuldades encontradas, é possível notar algumas mudanças na perspectiva da educação especial, a exemplo da abertura de salas de AEE em escolas regulares que possibilitam ao estudante com deficiência a aprendizagem.

### **A formação do professor como mediador para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala de aula comum**

No Brasil, a educação escolar oferecida pela rede pública, enfrenta diversos questionamentos com relação à sua qualidade. Mesmo sendo conhecido como direitos de todos, é necessário que os órgãos competentes desenvolvam políticas públicas que favoreçam a qualificação da educação ofertada. Em especial, destaca-se a importância de políticas públicas de formação inicial e continuada de professores, com vistas a assegurar um trabalho pedagógico que capacite os professores para que possam atender os estudantes em suas necessidades educacionais, sejam estes deficientes ou não.

O despreparo do professor tem sido justificativa frequente, como defesa para resistir à inclusão escolar. Sendo assim, para que este seja preparado por meio de uma formação continuada, as Secretarias de Educação devem tomar iniciativas de buscar alternativas de discussões sobre o assunto em questão. Para tanto, ofertas de formação por meio de cursos, oficinas, especializações, capacitações e demais qualificações, poderão contribuir para que o professor se sinta mais preparado para enfrentar os desafios da inclusão do estudante com deficiência em sala de aula regular.

Contudo, é necessário que o próprio docente reconheça a necessidade de se capacitar e se comprometer com o processo de formação continuada. No âmbito educacional, destaca-se o importante compromisso do professor durante o processo educacional de estudantes com deficiência. Apesar de não haver interesse em responsabilizá-lo com atividades que fogem de seu escopo pedagógico, algumas deficiências podem ser identificadas pelos professores, que passam considerável tempo com o estudante. Em algumas situações, são eles, os professores que percebem os primeiros sinais de uma deficiência.

Nessa perspectiva, Tezani (2004), ressalta as propostas apresentadas por Donald Schön, o qual defende o paradigma do professor reflexivo, ou seja, a formação do professor deve estar pautada na prática da reflexão de sua própria prática. Condição que deve acontecer desde a formação inicial do professor, pois possibilita a este profissional refletir sobre sua atuação em sala de aula, com vistas à melhoria da sua atuação docente, tendo como consequência, a busca por uma formação continuada. Por meio da prática da flexibilidade, os professores podem analisar as diferentes necessidades dos estudantes, e, com isso, planejar atividades que atendam a todos.

Segundo Miranda (2008), a formação inicial não prepara o professor para trabalhar com estudantes deficientes, daí a necessidade de recorrer à formação continuada, não apenas para preencher as lacunas da formação inicial, mas para adquirir conhecimentos específicos necessários para atender estudantes com deficiências. Todavia, a autora destaca que:

[...] a formação inicial dos professores em relação ao atendimento das necessidades especiais, ainda ocorre de forma inconsciente, e poucos profissionais iniciam sua carreira docente com experiências de ensino junto a estudantes com NEE. A maioria dos professores manifesta descontentamento com seus processos de formação em relação a esta questão e há total ambiguidade em termos da formação docente, expressando a falta de política clara, consistente e avançada para a formação docente, entre as quais a do professor especializado. A tentativa de suprir essa lacuna tem sido a formação continuada através de educação à distância. (MIRANDA, 2008. p.7).

Em relação à inclusão do estudante com deficiência, Nassif (2007) e Brasil (2010), apresentam nas tabelas a seguir, algumas atribuições do professor da sala de aula regular e do professor especializado, com sugestões de materiais didático-pedagógicos para as SEM.

**Quadro 01:** Funções do professor da sala comum e do professor especializado:

<b>Funções do professor da sala regular</b>	<b>Funções do professor especializado</b>
Elaborar um plano de ensino que contemple as diferenças de seu grupo.	Participar do planejamento geral do processo ensino aprendizagem.
Preparar a classe para receber estudantes com necessidades educacionais e respeitá-los como pessoas que têm suas limitações, mas também seus pontos fortes.	Assessorar/orientar os professores da classe regular.
Incentivar os estudantes a ajudar mutuamente de acordo com as necessidades de cada um para a obtenção do conhecimento.	Introduzir os recursos materiais e as técnicas pedagógicas específicas ao estudante e ao professor.

Adaptar o ambiente físico da classe.	Adaptar os materiais pedagógicos.
Adaptar sua prática de educador de classe regular com recursos usados na Educação Especial.	Buscar uma relação articulada entre a direção da escola, coordenação, professores e demais funcionários. Atender o estudante dentro do princípio da individualização sem perder de vista o grupo e o trabalho coletivo.

Fonte: Adaptado de Nassif (2007).

**Quadro 02:** Relação dos equipamentos e materiais didáticos-pedagógicos disponibilizados para as SRM:

Quantidade	Item
01	Impressora braile de pequeno porte
01	Máquina de datilografia braile
01	Reglete de mesa
01	Punção
01	Soroban
01	Guia de Assinatura
01	Kit de Desenho Geométrico
01	Calculadora Sonora

Fonte: Brasil (2010, n. p).

Deste modo, a formação de professores é de fundamental importância, pois o planejamento de estratégias de aprendizagem com os recursos pedagógicos adequados, requer conhecimento das especificidades de cada educando, com materiais indicados para as diferentes deficiências. O professor deve acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e incentivar sua participação na aula, a fim de favorecer a construção coletiva do conhecimento sem descuidar da atenção individualizada.

### **A escola de hoje e a inclusão dos estudantes com deficiências**

Desde a década de 1990, com a intensificação de manifestações sociais de luta contra todas as formas de discriminação, que impediam o pleno exercício da cidadania, vive-se um cenário político-educacional complexo e multifacetado, o qual apresenta demandas de diversas naturezas em relação à inclusão escolar do deficiente. A crescente democratização do acesso de estudantes com deficiência à educação escolar na rede de ensino regular tem ampliado significativamente a diversidade na escola, acarretando polêmicas, controvérsias e insatisfações nos professores, decorrentes dos conflitos produzidos no ambiente escolar, em função deste novo desafio. (PRIOSTE; MACHADO, 2006).

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular é tema pertinente porque põe em pauta, entre outros aspectos, a consolidação de uma educação para todos, a partir da efetivação de uma escola inclusiva. Isso implica em reconhecer, não apenas a matrícula desses estudantes em sala de aula de ensino regular, mas oferecer-lhes condições de aprendizagem e desenvolvimento compatíveis com suas deficiências, bem como equalização de oportunidades. Na base de uma educação inclusiva, está o princípio democrático da educação para todos. Esse princípio orienta as ações e estratégias para a efetivação do paradigma da inclusão escolar, a partir da modernização e reestruturação das condições reais da maioria das escolas brasileiras. (MANTOAN, 2003).

Neste contexto, são inegáveis os avanços da inclusão escolar no campo teórico e legal, mas sua implementação é permeada por conflitos. Diversas são as dificuldades encontradas pelos professores para a viabilização do processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência, tais dificuldades ultrapassam as garantias legais, pois a obrigatoriedade da matrícula não garante o acesso aos meios educacionais indispensáveis para o efetivo processo de aprendizagem, com a participação desses estudantes em todas as atividades escolares. Sobretudo, porque a inclusão escolar implica o contato e a convivência com a diferença, o que exige transformações profundas na sociedade, em especial nas representações sociais e culturais sobre a deficiência. Em geral, as pessoas com deficiências são marcadas por preconceitos e discriminação que contribuem para a sua exclusão no ambiente escolar.

Diante disso, o acesso da pessoa com deficiência no processo de escolarização formal, vem sendo fundamentado no paradigma da inclusão, cuja defesa primordial é a inserção do estudante com deficiência no ensino regular. As inúmeras definições e classificações são apenas subsídios para embasar o processo de inclusão dos estudantes com deficiências na perspectiva do aprimoramento de práticas cada vez mais democráticas. Por isso, precisa atentar para a época da incidência, as causas, o contexto de vida, enfim, as inúmeras subjetividades envolvidas.

A falta de preparo dos docentes, de apoio institucional e de recursos, dificulta o trabalho na educação inclusiva e afeta os estudantes com deficiências. Sentimentos como angústia, incapacidade, medo, insegurança, frustração e pessimismo, tanto dos professores, como dos estudantes com deficiências, tornam-se constantes no processo inclusivo e que por vezes levam os estudantes a desistirem.

Saviani (2008) traz como proposta que a educação formal deve configurar-se enquanto espaço privilegiado para que os homens atinjam níveis mais desenvolvidos dentre o gênero

humano. Precisamos tratar assim, do pressuposto da psicologia histórico-cultural, que nos mostra que os fenômenos psíquicos estão inseridos em um todo maior, isto é, a vida social e que existem potenciais reprimidos que precisam ser valorizados em um processo de inclusão.

Vygotski (2012), destaca que a relação professor-estudante deve ocorrer mediante o processo de interação entre os *mais* desenvolvidos e os *menos* desenvolvidos, baseando-se no pensamento de Marx de que a chave para o entendimento do macaco está nos homens. Ao transportar esse pressuposto para a escola, Saviani (2009) chama atenção para a importância da passagem da síntese para a síntese, pela mediação do abstrato.

Reganhan e Manzini (2009, p. 127) afirmam que “a adaptação de recursos e estratégias para o ensino de estudantes com deficiência é uma importante atividade para que as necessidades educacionais especiais sejam atendidas num contexto inclusivo.” Estes, favorecem o atendimento das necessidades dos estudantes com deficiência, proporciona-lhes condições e meios viáveis para a sua inserção no processo de escolarização, pois a consolidação do direito de todos à educação implica preliminarmente em medidas, que viabilizem tornar a escola um espaço inclusivo com educação de qualidade a todas as crianças.

Cumpre salientar, que se antes da década de 1990, a insuficiência de verbas e a ausência de políticas eram características da área, nos últimos anos têm ocorridas sucessivas reformas educacionais e implementação de programas no sentido de ampliar o acesso à educação inclusiva, garantir a permanência e as condições de aprendizagens ao público alvo da área em questão. E que quaisquer mudanças ocorridas, ou que porventura venham a ocorrer nessa área, não poderiam ser analisadas de forma descontextualizada dos pressupostos estabelecidos pela política nacional de educação, tampouco ser “isoladas da dimensão histórica evidente nas ações norteadoras da Educação Especial brasileira.” (BAPTISTA, 2006, p. 31).

### **Considerações finais**

O objetivo deste artigo foi apresentar reflexões resultantes de análises da formação continuada ofertada e das práticas dos docentes observadas no interior das escolas, concernentes aos pressupostos inclusivos. Neste sentido, abordou a formação inicial e continuada de professores e suas significações com vistas a destacar a importância da educação inclusiva no ambiente educacional, de forma que os professores recebam qualificação e apoio adequado para atuar junto aos estudantes com deficiência ou NEE. Porém, destaca ainda que há muito a se fazer para que esses estudantes não tenham só o acesso garantido, mas também o atendimento

necessário para que permaneçam no ensino regular e alcancem o sucesso escolar. É válido ainda destacar a importância da prevenção de deficiências no geral, lembrando que pequenos acidentes podem levar a deficiências irreversíveis.

Apesar de vários mitos e preconceitos é importante destacar que as deficiências não se traduzem em impedimento de inclusão e de aprendizagem. Quando os estudantes forem respeitados em suas limitações, decorrentes das deficiências que possuem. Assim, pensar em inclusão pressupõe falar da importância que as universidades devem dar com relação à formação inicial e continuada de professores.

Desse modo, Vitaliano (2007, p. 401) ressalta que, “a formação pedagógica dos professores deve ser pensada de modo a contribuir para que estes desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva e comprometida com a ética e politicamente com as exigências do contexto atual.” Por isso, a formação continuada direcionada à educação inclusiva tem sido considerada uma das ações necessárias ao educador para que tenha condições de realizar uma prática inclusiva, pautada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações necessárias do currículo e nos materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem.

Sendo assim, as políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, voltados para orientarem o trabalho docente na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar, e, assim, beneficiar não apenas os estudantes com deficiências, como também, a educação escolar como um todo.

## **TRAINING OF TRAINERS AND THEIR CONTRIBUTIONS TO INCLUSIVE EDUCATION**

**Abstract** - The inclusion of students with disabilities in mainstream schools has been the subject of major discussions in the educational field, starting with the preparation of the entire community to receive these students in order to help them in the learning process. Based on this understanding, the manuscript presents reflections resulting from analyzes of teachers' training and practices, with regard to inclusive assumptions. The bibliographical survey on the subject in question contributed to support the observed aspects. The results point out the importance that Specialized Educational Assistance has in the educational development of students with disabilities and that the lack of knowledge of the teacher about the disabilities and the lack of recognition of the potential of these students, is a determining factor to understand the need for continuing education for performance of the teacher in the classroom.

**Keywords:** Training of trainers; Public policy; Inclusive education.

## Referências

ALVES, Graziela. **A Construção de Uma Escola Inclusiva**. 2006. Disponível em: <http://www.profala.com/arteducesp103.htm>. Acesso em: 21 jul. 2008.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Políticas de inclusão escolar no Rio Grande do Sul. In: FREITAS, Soraia Napoleão (org.). **Diferentes contextos de educação especial/inclusão social**. PROESP. Santa Maria: Pallotti, 2006, p. 31- 35.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB nº 4.024** de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Manual de Orientação para Implantação do Programa de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília: CAPES, 2008. p. 43-63.

EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GARDNER, Howard. Inteligência: **Um Conceito Reformulado**. Tradução por Adalgisa Campos da Silva. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. 348 p. Tradução de: Intelligence Reframed.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução normativa nº 630/2008-CEE/MT**. Fixa normas para a oferta da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. Cuiabá: CEE, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Therezinha Guimarães. Formação Docente Continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al. **Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em outros contextos**. EDUFRRN. Natal, 2008. ISBN 978-85-7273-492-9.

NASSIF, M. C. M. **inclusão do estudante com deficiência visual na sala comum do ensino regular: a fundação Dorina como parceria neste processo**. In. MASINI, E. F. S. (Org.). /a pessoa com deficiência visual: um livro para educadores. 1. Ed. São Paulo: Vetor, 2007, p. 209-236.

PRIOSTE, C.; R. D; MACHADO, M. L. G. **Dez Questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

REGANHAN, W. G.; MANZINI, E. J. Percepção de professores do ensino regular sobre recursos e estratégias para o ensino de alunos com deficiência. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 127- 138, maio/ago. 2009.

ROMAGNOLLI, Glória Suely Eastwood. **Inclusão de alunos com baixa visão na rede pública de ensino: Orientação para professores**. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná – UFPR Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Curitiba, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico - crítica**. 10. Ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão**. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

VAILLANT, Denise. **Formação de formadores: estado da prática**. Santiago de Chile: Preal, 2003. (Preal documentos; n. 25).

VITALIANO, Célia Regina. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Set/Dez. 2007, v.13, n.3, p. 399-414. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n3/a07v13n3.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2012.

VYGOTSKI, Lev Seminóvic. **Obras escogidas: fundamentos de defectologia**. V. 5. Madrid: Machado, 2012.

Recebido em: 01/12/2019  
Aprovado em: 20/02/2020